

Ofício nº 020-2014- AGMP

Goiânia, 20 de fevereiro de 2014

Assunto: Temas institucionais

A Associação Goiana do Ministério Público (AGMP) informa aos seus associados os últimos andamentos envolvendo a questão remuneratória da carreira dos membros do Ministério Público:

- Subsídios:

Foram apresentados na Câmara dos Deputados os projetos, abaixo relacionados, que tratam dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Procurador-Geral da República. As matérias estão na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) aguardando apreciação dos substitutivos.

- **PL 6218/13**, de autoria do STF, que **dispõe sobre os subsídios dos Ministros do STF**. – CTASP – relator Roberto Santiago (PSD-SP).

- **PL 6230/13**, de autoria do PGR, que **dispõe sobre o subsídio do Procurador-Geral da República**. – CTASP – relator Deputado Luciano Castro (PR-RR).

M. B.

R



ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Os substitutivos estão fixando, em seu art. 1º, o subsídio do Procurador-Geral da República e dos Ministros do STF em R\$ 30.658,42 (trinta mil, seiscentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos), a partir de 1º de janeiro de 2014. Este valor é resultante da aplicação do percentual de 4,06% ao subsídio de janeiro de 2014 (R\$ 29.462,25), previsto no inciso II do art. 1º da Lei nº 12.770, de 28 de dezembro de 2012. Destaca, ainda, que o PL apenas majora o valor do subsídio previsto para janeiro de 2014 e não contempla o reajuste de 5% para janeiro de 2015, já concedido pela Lei 12.770/2012, que deverá incidir sobre o valor de 2014, ora proposto pelo PGR.

- ATS:

O Adicional por Tempo de Serviço foi discutido em várias esferas do Poder. Abaixo estão relacionados os fatos mais importantes da discussão.

Histórico:

A discussão iniciou no STF quando da análise do MS 24.875 onde a CONAMP com as demais entidades da Magistratura e do Ministério Público apresentaram memorial nos autos. Os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público também atuaram intensamente.

Já no Congresso Nacional, a CONAMP continua se reunindo com líderes partidários da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, além dos senadores que compõem a Comissão de Constituição e Justiça, para aprovação das propostas em tramitação nas duas Casas.

B.H.L.



ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Fatos relevantes:

ANO 2011	
FEVEREIRO	
02	PEC 02/11 – de autoria do senador Gilvam Borges foi apresentada. Prevê o ATS para a magistratura e membros do Ministério Público.
23	PEC 05/11 – de autoria do senador Gilvam Borges foi apresentada. Prevê o ATS para a magistratura e membros do Ministério Público e inclui a advocacia e defensoria públicas.
ABRIL	
28	PEC 21/08 – O autor, senador Álvaro Dias, solicitou a retirada de tramitação da matéria.
JULHO	
07	PEC 68/11 – de autoria do senador Humberto Costa foi apresentada. Prevê o ATS para todos os servidores públicos organizados em carreira remunerada por subsídios e aqueles que, em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado, perceberão adicional por tempo de serviço, na razão de cinco por cento a cada uinquênio de efetivo exercício, até, no máximo, trinta e cinco por cento, incidente sobre o subsídio ou a remuneração, excluídas as parcelas de caráter indenizatório.
OUTUBRO	
06	As PECs 02, 05 e 68 de 2011 passam a tramitar juntas na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.
ANO 2012	
MAIO	
24	As PECs 02, 05 e 68 de 2011 foram distribuídas ao Senador Gim Argello, para emitir relatório.
JULHO	
10	Apresentado o relatório reformulado do Senador Gim Argello, com voto pela aprovação da PEC 68/11, na forma do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição, por prejudicialidade, das PECs 2 e 5, ambas de 2011.

Desde então está aguardando a apreciação do relatório. A CONAMP continua se reunindo com as lideranças e os parlamentares da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal para votação.

Handwritten signature

Handwritten signature



ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Ano 2014

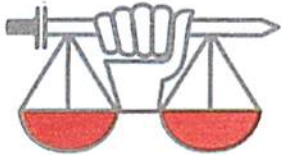
Fevereiro

Nesta semana, o presidente da AGMP esteve reunido com a Diretoria da CONAMP em Brasília e a questão do ATS esteve na pauta do encontro.

Uma nova proposta de Emenda Constitucional (n. 63, de 2013) está sendo analisada pelas Comissões do Senado Federal e visa alterar a Constituição Federal para instituir a parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.

De acordo com a redação do § 7º do art. 128 da Constituição Federal, *“os membros do Ministério Público fazem jus a parcela mensal de valorização por tempo de exercício, não sujeita ao limite previsto no art. 37, XI, calculada na razão de cinco por cento do respectivo subsídio a cada cinco anos de efetivo exercício em atividade jurídica, até o máximo de trinta e cinco por cento”*.

A PEC 63 ainda assegura a contagem do tempo de exercício anterior à data da publicação da Emenda Constitucional para fins de cálculo da parcela mensal de valorização por tempo de exercício dos magistrados e membros do Ministério Público.



ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Aposentadoria – Contribuição Previdenciária
- PEC 555/06:

A Proposta de Emenda Constitucional n. 555/06 acaba com a contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos. Ela zera a contribuição de 11% dos vencimentos - criada em 2003 - a partir dos 65 anos de idade do aposentado. A extinção seria gradual, a partir dos 60 anos.

Desmembramentos:

- a) o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves, se reuniu no dia 19 de outubro com o ministro da Previdência, Garibaldi Alves, e representantes de aposentados e pensionistas do serviço público, que cobraram a votação da PEC 555/06.
- b) o presidente sugeriu a criação de um grupo formado por representante da Câmara dos Deputados, da Casa Civil e dos ministérios da Previdência e da Fazenda para discutirem o tema;
- c) a matéria vem sendo discutida na Câmara dos Deputados, tendo sido a proposição recorde de apresentação de requerimentos para inclusão na pauta de Plenário (dos 513 deputados – 342 já apresentaram). Além disso, todos os líderes de partidos assinaram o documento apoiando a votação imediata da proposta, menos o deputado José Guimarães, líder do PT que argumentou não ter a concordância do governo.
- d) a CONAMP encaminhou expediente endereçados aos deputados federais que ainda não assinaram solicitando a inclusão da matéria para deliberação do Plenário.

31.12



ASSOCIAÇÃO GOIANA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A AGMP está atenta aos próximos andamentos dos projetos que disciplinam os temas aqui propostos e disponibilizará sempre informações atualizadas para os seus associados, além de trabalhar em conjunto com a CONAMP na defesa das cláusulas constitucionais que tratam dos subsídios da carreira.

Benedito Torres Neto

Presidente da AGMP

Rafael Simonetti Bueno da Silva

Diretor de Assuntos Institucionais